

O CONCEITO DE LETRA NAS GRAMÁTICAS DE FERNÃO DE OLIVEIRA (1536), JOÃO DE BARROS (1540) E ANCHIETA (1595): UMA LEITURA HISTORIOGRÁFICA

Leonardo Ferreira Kaltner - Melyssa Cardozo Silva dos Santos

Instituto de Letras - Universidade Federal Fluminense (Brasil)

leonardokaltner@id.uff.br - cardozomelyssa@id.uff.br

RESUMO

O tema do artigo é o conceito de letra na gramática humanística do século XVI, que deriva de uma adaptação do conceito de letra na gramática latina. A fim de desenvolver esse debate, trabalhamos com textos de Fernão de Oliveira, João de Barros e Anchieta, analisando-os conforme a descrição teórica de Sylvain Auroux, Konrad Koerner e Pierre Swiggers, sobre o tema da tecnologia da gramaticalização no mundo ocidental.

PALABRAS CHAVE: Gramaticografia, português, Renascimento.

EL CONCEPTO DE LETRA EN LAS GRAMÁTICAS DE FERNÃO DE OLIVEIRA (1536), JOÃO DE BARROS (1540) Y ANCHIETA (1595): UNA LECTURA HISTORIOGRÁFICA

RESUMEN

El tema del artículo es el concepto de letra en la gramática humanística del siglo XVI, que deriva de una adaptación del concepto de 'litera' en la gramática latina. Para desarrollar este debate, trabajamos con textos de Fernão de Oliveira, João de Barros y Anchieta, analizándolos según la descripción teórica de Sylvain Auroux, Konrad Koerner y Pierre Swiggers, sobre el tema de la tecnología de grammatización en el mundo occidental.

PALABRAS CLAVE: Gramaticografía, portugués, Renacimiento.

THE CONCEPT OF LETTER IN FERNÃO DE OLIVEIRA'S, JOÃO DE BARROS' AND ANCHIETA'S GRAMMARS: A HISTORIOGRAPHIC READING

ABSTRACT

The theme of the article is the concept of letter in the humanistic grammar of the 16th century, which derives from an adaptation of the concept of 'litera' in Latin grammar. To develop this debate, we work with texts by Fernão de Oliveira, João de Barros and Anchieta, analyzing them according to the theoretical description of Sylvain Auroux, Konrad Koerner and Pierre Swiggers, on the subject of grammatization technology in the Western world.

KEYWORDS: Grammaticography, Portuguese, Renaissance.

DOI: <https://doi.org/10.25145/j.fortunat.2023.37.02>

FORTVNATAE, N° 37; 2023 (1), pp. 29-48; ISSN: 1131-6810 / e-2530-8343



1. INTRODUÇÃO: O CORPUS DE PESQUISA

O presente artigo é oriundo de reflexões desenvolvidas no projeto de pesquisa *Regna Brasillica: a América portuguesa à luz da Historiografia da Linguística*, desenvolvido entre 2019 e 2023, que teve por tema central o estudo da *Arte de Grammatica da Lingoa mais Vfsada na Costa do Brasil* (Anchieta, 1595, 1990), cujo autor é o missionário jesuíta e humanista S. José de Anchieta (1534-1597). O referido projeto foi realizado no âmbito do grupo de pesquisas «Filologia, línguas clássicas e línguas formadoras da cultura nacional» (FILIC/CNPq/UFF), sediado no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense e credenciado em seu Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, no Brasil (Kaltner, 2020: 1-6). O objetivo específico do artigo é debater e analisar o conceito de letra na gramática de Anchieta. A fim de alcançar esse objetivo, trazemos outras gramáticas de seu contexto histórico para comparação e contextualização, tendo em vista que na gramática de Anchieta não há uma definição do conceito de letra, apenas o seu emprego.

Nossas reflexões desenvolvem-se pela disciplina de Historiografia da Linguística (*Linguistics Historiography*), em sua linha de pesquisas da História da Gramática, ou «Gramaticografia», conforme o modelo teórico-metodológico de Pierre Swiggers (2013: 43). A Gramaticografia tem por escopo a análise da história do «pensamento linguístico» (*linguistic thought*), tendo por *corpus* gramáticas de diversos contextos históricos. O contexto geral da gramática de Anchieta é o período quinhentista do reino de Portugal, tendo em vista que a América portuguesa era uma colônia ultramarina, à época¹.

Além da linha de pesquisas da Gramaticografia, há também outra linha de pesquisas na disciplina que dialoga com a gramática de Anchieta: a «Linguística Missionária» (*Missionary Linguistics*) (Swiggers, 2013: 43). Nesse sentido, nossas reflexões são orientadas pelas definições desenvolvidas por Otto Zwartjes (2011: 1) para a «gramática missionária» (*missionary grammar*), que por sua vez vinculou a gramática de Anchieta à gramática humanística quinhentista de João de Barros (1496-1570) e ao tratado gramatical de Frei Fernão de Oliveira (1507-c.1581):

As we have observed elsewhere (Zwartjes 2002: 28), Portuguese missionaries probably had access to the first grammars of Portuguese – those of Fernão de Oliveira (1507-post 1581) and João de Barros (1496–1570), published respectively in 1536 and 1539/40 – and we must not exclude the possibility that they were inspired by them. [...] Neither Barros nor Oliveira appears to be mentioned in the early

¹ O campo da gramaticografia foi desenvolvido em Portugal por estudos de Telmo Verdelho e de uma geração de linguistas interessados no tema, tendo atualmente como expoentes Gonçalo Fernandes, Carlos Assunção, Rolf Kemmler e Rogélio José Ponce de León Romeo. No Brasil, Maria Carlota Rosa, Ricardo Cavaliere, entre outros historiógrafos, desenvolveram essa tradição de estudos, concomitantemente.



descriptions of the indigenous languages of Brazil or in Japan, for example (Zwartjes, 2011: 30).

É provável que Anchieta tivesse tido acesso às gramáticas de Oliveira e de Barros, e nosso estudo tem por objetivo aprofundar esse debate, apresentando um contraste entre as três obras. Para desenvolver essa comparação, o conceito de letra foi selecionado como objeto de investigação, tendo em vista que é um conceito elementar comum entre as três gramáticas, e apresenta especificidades em cada um dos gramáticos quinhentistas.

Os estudos de Historiografia da Linguística no Brasil têm se desenvolvido desde 1994, e a obra de Anchieta sempre ocupou lugar de destaque na reflexão dos historiógrafos brasileiros. Dessa forma, justifica-se a nossa contribuição por trazer uma comparação ainda inédita entre os gramáticos quinhentistas portugueses e o missionário que redigiu a sua obra na América portuguesa. A implantação da disciplina no Brasil² teve como principais influências as obras de Konrad Koerner, Pierre Swiggers e Sylvain Auroux, que têm servido aos pesquisadores da área como fundamentação teórico-metodológica.

Nesse aspecto, a implantação da área também tem seguido a tradução e adaptação dos modelos teóricos dos autores supracitados a fim de que se desenvolva uma narrativa historiográfica sobre a história do pensamento linguístico no Brasil. O artigo, portanto, insere-se nessas indagações. Logo, um dos conceitos que se mostra fundamental para estabelecer algum vínculo entre as três gramáticas que serão analisadas é o conceito de «clima de opinião» (*climate of opinion*), que permite comparar a «metalinguagem» dos autores (Koerner, 1996: 58-59), pela «intertextualidade» e pela «recepção» do pensamento linguístico, pois no século XVI não havia a prática de citação entre os gramáticos. Assim, no contexto luso-brasileiro quinhentista, ainda que a gramática de Anchieta seja uma gramática missionária, cujo «morfótipo textual» (Swiggers, 2013: 41) difere das gramáticas humanísticas de Oliveira e de Barros, a inserção em um mesmo clima de opinião as aproxima, em seu pertencimento a um contexto intelectual comum.

Uma análise das gramáticas de Oliveira e de Barros foi desenvolvida por Maria Leonor Buescu (1978; 1981; 1984), em textos fundamentais para os estudos de historiografia da língua portuguesa, e suas reflexões têm sido utilizadas como fonte para a interpretação do pensamento linguístico de Barros por gerações de estudiosos da área. Todavia, além das três gramáticas quinhentistas, que analisamos especificamente quanto ao conceito de letra, traremos mais uma fonte, mais antiga, que

² A tradição de estudos da área de Historiografia da Linguística tem se desenvolvido no Brasil desde 1996, com o GT de Historiografia da Linguística Brasileira da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística. A área de estudos foi introduzida por Cristina Altman, da Universidade de São Paulo, inicialmente, em seu Centro de Estudos Historiográficos, desde 1994 (Oliveira - Anjos, 2021: 534-535).



serviu, indiretamente, aos humanistas no século XVI como base para organizar suas gramáticas. Trata-se da obra do gramático latino Prisciano, de que descreveremos o conceito de «*litera*» (Priscianus, 1855: 6) como uma fonte comum, mesmo que indireta, aos três gramáticos quinhentistas, devido ao seu clima intelectual quinhentista. Prisciano é citado e comentado, por exemplo, nas *Introducciones Latinae*, gramática latina do humanista Antonio de Nebrija (1444-1522), publicada em 1481, que também foi autor da *Gramática de la lengua castellana* (1492). Há referências a Nebrija na obra gramatical de Fernão de Oliveira, assim como alusão ao romano Varrão (116-27 a.C.), outra fonte comum à tradição gramatical humanística. (Torres - Assunção, 2000).

O *corpus* textual em que analisamos a recepção do conceito gramatical latino de *litera* (letra) é composto pelo capítulo sexto da *Grammatica da lingoagem portuguesa* (Oliveira, 1536), pelo capítulo segundo da *Grammatica da lingua portuguesa* (Barros, 1540) e pelo primeiro capítulo da *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil* (Anchieta, 1595; Anchieta, 1990: 148-152). Os três capítulos supracitados das gramáticas apresentam a definição e o emprego das letras do alfabeto latino na descrição linguística, e uma análise das diferenças quanto ao conceito de letra de cada um dos gramáticos nos permite compreender o seu pensamento linguístico.

Nossa metodologia apoia-se na história do conceito gramatical de letra como conceito específico para argumentar indutivamente sobre o pensamento linguístico quinhentista, em nossa narrativa historiográfica. As diferenças entre as três gramáticas servem, nesse aspecto, como uma forma de se contrastar a adaptação do sistema de escrita da língua latina para a de dois vernáculos, a língua portuguesa e uma língua indígena da América portuguesa. Essa adaptação foi parte do processo de «gramatização» no século XVI, que originou a metalinguagem moderna, não só na Europa, mas também em perspectiva intercultural transatlântica, no caso de Anchieta e de outras gramáticas missionárias (Aroux, 1992: 40-41).

Esse processo de gramatização é contínuo até os dias de hoje, tendo em vista o uso da escrita de base latina também ser contínuo. Dessa forma, retomar a discussão do conceito de letra, pelas obras supracitadas, busca resgatar a percepção histórica de um fato linguístico ainda debatido nas teorias linguísticas atuais. Essas reflexões nos levam à interdisciplinaridade entre a Historiografia da Linguística e a Linguística Histórica, pelo fato de comparar a gramática da língua latina com o vernáculo português. Ronaldo Batista (2019) levanta essa questão de cunho teórico, que norteia nosso debate: «Cabe dizer, também, que a Historiografia da Linguística ainda está por definir sua posição em meio à Linguística e a História, e é necessário que um estatuto surja do cruzamento dessas duas disciplinas» (Batista, 2019: 14).

2. O CONCEITO DE LETRA: DO LATIM AO PORTUGUÊS, DA GRAMÁTICA À LINGUÍSTICA

Na tradição escolar brasileira, o conceito gramatical de letra ainda é contínuo até os dias de hoje em manuais didáticos, ainda que não seja um conceito linguístico e não tenha uma definição moderna unânime. Derivado do conceito gramatical



latino de *litera* e traduzido para o vernáculo português no século XVI como *letera*, e depois *letra*, o conceito teve, por sua vez, origem em uma tradição anterior, entre gramáticos e filósofos gregos, rotulado em grego como γράμμα (*grámma*) (Cagliari, 2009: 57-61). A tradução e adaptação quinhentista para a língua portuguesa do conceito, nas gramáticas humanísticas, possui nuances entre os gramáticos selecionados, como *corpus* do artigo, e servem-nos como tema para comentar e descrever o pensamento linguístico no contexto quinhentista.

O conceito da tradição latina de *litera* é encontrado na obra *Institutiones Grammaticae* (Instituições de gramática), de *Priscianus Caesariensis* (fl. 500 d.C.) (Priscianus, 1855), que teve grande influência entre os gramáticos humanistas no Renascimento. Prisciano conceituou letra como a: «*pars minima vocis compositae*» (menor parte da voz composta) (Priscianus, 1855: 6). Em seguida sistematizou o conceito de letra por três atributos, que caracterizam cada letra do *abecedarium* latino: «*Accidit igitur literae: nomen, figura, potestas*» (Registram-se nas letras três acidentes: nome, figura e valor) (Priscianus, 1855: 7). Essa definição e os três atributos teriam sido adaptados nas gramáticas latinas sucessivamente, da Roma antiga à Idade Média ocidental, até chegarem, por via direta e indireta, aos gramáticos latinos no Renascimento, como Nebrija (1481), e terem tido uma influência indireta nas obras de Fernão de Oliveira, João de Barros e Anchieta, por exemplo.

As gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros foram analisadas, no conjunto da biografia e da obra de seus autores, por Maria Leonor Buescu (1984), na obra *Historiografia da Língua Portuguesa*, texto fundamental para os estudos de historiografia do contexto quinhentista português, e para o estudo das gramáticas humanísticas, como supracitado. A gramática humanística trouxe ao longo do século XVI inovações, para a descrição dos vernáculos europeus, na chamada «questão da língua», iniciada em contexto itálico (Buescu, 1984: 11-12), que retomou o debate dos gramáticos latinos como Prisciano e Varrão:

É então, na primeira metade do século XVI, que eclode a ‘questão da língua’, resultado de uma incerteza sobre a norma linguística e da carência de padrões literários que garantissem o seu prestígio. Fazendo-se sentir a necessidade de submeter a língua vulgar a normas precisas, proliferam em Itália obras em que, no seu conjunto, é já possível distinguir as partes da futura Gramática: Fonética, Morfologia, Sintaxe, Ortografia. A partir da segunda metade do século verifica-se uma tendência crescente para, desprendendo-se da terminologia tradicional, originária da cultura grego-latina e transmitida pela cultura cristã medieval, se introduzirem inovações na terminologia gramatical, tendentes a elucidar ou tornar transparentes os respectivos conceitos ou noções (Buescu, 1984: 11).

O modelo gramatical humanístico já deixava antever o que Buescu cita como as partes futuras da gramática, isto é, a divisão da descrição linguística pelos estruturalistas modernos, em: Fonética, Morfologia e Sintaxe. Quanto à ortografia, um tema ainda incipiente nos debates quinhentistas, havia uma grande oscilação de um gramático para o outro. Os dois gramáticos quinhentistas que descreveram a língua portuguesa, Oliveira e Barros, adotaram inovações em seu repertório descritivo, herdado da gramática latina e das especulações lógico-filosóficas medievais, como atesta Buescu,



sobre a terminologia: «notemos que neste aspecto os dois primeiros gramáticos portugueses, Fernão de Oliveira e João de Barros, se mostraram particularmente inclinados para essas inovações, adaptando a terminologia às realidades da língua portuguesa» (Buescu, 1984: 11).

Encontramos, por exemplo, na *Gramática da língua portuguesa* (1540), de Barros, uma divisão da gramática humanística em quatro partes, tendo seguido a tradição latina, em que a letra ocupa um lugar de destaque, como uma das partes da gramática. Vejamos: «os latinos. Os quães pártem a sua Grammatica em quártor pártes, ã Ortografia, que tráta de letera, em Prosodia, que tráta de syllaba, em Ethimologia, que tráta da diçam e em Syntaxis, a que respõde a cõstruçã, á imitaçã dos quães, (por termos as suas pártes,) diuídimos a nõssa Grãmatica»³ (Barros, 1540: 4).

Para João de Barros, a divisão da gramática de língua portuguesa seguia a mesma divisão da gramática latina, em quatro partes: ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe; com quatro elementos relativos à cada uma das partes: letra, sílaba, dição ou palavra, e oração, respectivamente. As duas primeiras partes da gramática eram compostas de elementos sonoros: letra e sílaba, enquanto as duas partes restantes eram formadas por elementos com significado: palavra e oração. Essa definição de Barros é paradigmática das gramáticas humanísticas que descreviam a língua latina e passou a ser adotada na descrição da língua portuguesa em sua época também. Nesse sentido, vê-se a importância do conceito de letra para os gramáticos dessa época, como a primeira parte da gramática.

Modernamente, o conceito de letra foi substituído pelo par de conceitos «fonema» e «grafema» (Bechara, 2009: 57), que retomam as noções de *potestas* e *figura* de Prisciano, se realizarmos uma «adequação teórica», conforme os princípios de Koerner (1996: 60). A letra possuía um «valor fonético» (*potestas*) e uma forma geométrica fixa (*figura*) no sistema de escrita latino, ambos os conceitos são expressos pelas noções de grafema, como forma mínima e fonema, como som com traço distintivo próprio, na Linguística moderna. Assim, o conceito de letra manteve-se contínuo, pois o sistema de escrita latina permitiu sua adaptação na gramatização dos diversos vernáculos europeus. As formas das letras se mantiveram estáveis, ao mesmo tempo que o valor linguístico delas variava de sistema para sistema, o que Auroux chama de «fundo latino» (Auroux, 1992: 44), no processo de gramatização das línguas vernáculas europeias.

A continuidade entre o latim e o português, na grafia de termos, deveu-se a critérios etimológicos que estavam presentes no pensamento linguístico dos gramáticos quinhentistas, que buscavam na ortografia a preservação de características da língua latina. Dessa forma, os gramáticos humanistas não propuseram uma ruptura

³ Edição interpretativa: «os latinos, os quais repartem a sua gramática em quatro partes, em ortografia, que trata da letra, em prosódia, que trata da sílaba, em etimologia, que trata da palavra, e em sintaxe, a que responde a construção, à imitação dos quais, por termos as suas partes, dividimos a nossa gramática».



com a língua latina, mas antes uma adaptação, no processo de gramatização, o que faz com que as gramáticas europeias da época apresentem certa regularidade em temas e no processo descritivo (Auroux, 1992: 45).

Além de Prisciano como fonte, o conceito de letra empregado pelos gramáticos quinhentistas derivou de uma adaptação do conceito latino herdado da tradição registrada nas obras de Varrão, Quintiliano e Donato, esses, por sua vez, que adaptaram a tradição grega, herdada de gramáticos como Dionísio, o Trácio. A gramática grega é a base da tradição de escrita ocidental e as constantes adaptações, ao longo dos séculos, constituíram a tradição escrita que vigora até os dias atuais, quando o sistema de escrita latina passa aos vernáculos europeus, mantendo o uso do *abecedarium* latino, o alfabeto, como um sistema fechado de notação gráfica.

Modernamente, o conceito de letra não é mais considerado uma das partes elementares da gramática, tendo sido substituído pelo fonema como unidade mínima, na descrição linguística, como podemos constatar na conceituação desenvolvida por Bechara (2009: 57). O gramático trata o «sistema gráfico» (Bechara, 2009: 53) como um sistema independente da língua, ainda que a represente. Logo, letra se define, modernamente, como uma representação gráfica que se aproxima da reprodução do som, pela escrita. Não há, pois, uma identidade direta entre fonema e grafema, isto é, entre sons e formas escritas, apenas uma identidade relativa, em que diversos fonemas podem ser representados por um grafema, ou vice-versa, diversos grafemas podem representar um mesmo fonema:

Nas línguas em que, ao lado da realidade oral, existe a representação escrita de um sistema convencional dessa oralidade chamado sistema gráfico ou ortografia, este sistema se regula, em geral, ora pela fonética, ora pela fonologia, o que conduz a uma primeira dificuldade para se chegar a um sistema ideal, que exigiria uma só unidade gráfica para um só valor fônico. Neste particular tornou-se necessário não se confundir letra com som da fala; letra é a representação gráfica com que se procura reproduzir na escrita o som, o que não significa identificá-los (Bechara, 2009: 53).

Uma questão similar, na perspectiva da Linguística moderna, já fora debatida por Saussure ([1916] 2006), sobre o emprego do alfabeto fonético na escrita no lugar da tradição de escrita etimológica. O linguista genebrino opinava não ser oportuno substituir o tradicional sistema gráfico de escrita das línguas modernas pelo alfabeto fonológico, ainda que o alfabeto fonológico fosse mais preciso (Saussure, [1916] 2006: 44). Isso demonstra como a Linguística moderna buscava, em sua perspectiva, compreender e descrever o funcionamento das línguas, sem necessariamente alterar o *status quo* da tradição de escrita, fixada desde a gramática humanística, com influência greco-latina. Suas reflexões sobre o emprego da tradição escrita, nesse sentido, apresentam uma continuidade da tradição gramatical, mas interpretada sob o viés linguístico. Pois a escrita é registrada como um segundo sistema de signos visuais que representam o primeiro sistema de signos, os sonoros, que constituem a língua:

Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto linguístico não se define pela combinação da



palavra escrita e da palavra falada; esta última, por si só, constitui tal objeto. Mas a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal; terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo (Saussure, [1916] 2006: 34).

Saussure descreveu o registro histórico de dois sistemas tradicionais de escrita, o ideogramático e o fonético, tendo sido o sistema de escrita fonético desenvolvido na língua grega e predominante nas culturas ocidentais. O sistema fonético vale-se de um número limitado de elementos, o alfabeto, que representa aproximadamente o som da palavra, isto é, representa a dimensão do som no signo linguístico, enquanto os ideogramas representam o significado da palavra e o som. Como nos sistemas linguísticos, os sons de determinada língua formam um conjunto finito, com maior regularidade, enquanto o conjunto de significados pode apresentar sempre inovações e maior variação, a representação gráfica de sons é mais econômica do que a representação de significados, ainda que ambas como representação sejam sempre imperfeitas em sua equivalência com o sistema linguístico. Saussure destacou essa diferença entre os sistemas de escrita ideográfico e fonético:

Existem somente dois sistemas de escrita:

1. O sistema ideográfico, em que a palavra é representada por um signo único e estranho aos sons de que ela se compõe. Esse signo se relaciona com o conjunto da palavra, e por isso, indiretamente, com a idéia que exprime. O exemplo clássico deste sistema é a escrita chinesa.
2. O sistema dito comumente fonético, que visa a reproduzir a série de sons que se sucedem na palavra. As escritas fonéticas são tanto silábicas como alfabéticas, vale dizer, baseadas nos elementos irreduzíveis da palavra (Saussure, [1916] 2006: 36).

A escrita fonética predominou nos vernáculos europeus, por herança tradicional greco-latina, tendo em vista que a gramática latina apresentava já um sistema regular e de fácil adaptação, mesmo com a grande diferença nos sons da fala entre as diversas línguas ocidentais. Os gramáticos quinhentistas, os humanistas, perceberam, muito anteriormente, como um sistema delimitado para a escrita poderia facilitar o processo de gramatização, e mesmo do ensino da escrita, e deram continuidade ao sistema de escrita latino, como veremos, ainda que tivessem que alterar o valor fonético original das *literae* latinas.

3. AS DEFINIÇÕES DE LETRA: FERNÃO DE OLIVEIRA (1536)

O capítulo sexto da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536) é o primeiro texto gramatical a abordar o tema do sistema de escrita na descrição da língua portuguesa, apresentando o conceito latino de letra já adaptado. A pronúncia da língua portuguesa é um dos temas principais da gramática do humanista, ocupando do capítulo seis até o capítulo dezenove da obra, em que são apresentados somente temas relacionados às letras e à ortografia, sob o rótulo de «pronúncia». O linguista Coseriu destacou as inovações de Fernão de Oliveira, em estudo



fundamental sobre sua gramática: «ele antecede o seu tempo na descrição linguística em geral e apresenta-se como um dos gramáticos mais originais de toda a Renascença» (Coseriu, 2000: 31).

Fernão de Oliveira subdivide a primeira parte da gramática em outras três partes: letra, sílaba e «vozes» (Oliveira, 1536: 10), em uma perspectiva que difere do padrão da gramática latina, que inspirou as gramáticas humanísticas, como a de João de Barros. Letra para Oliveira é uma «figura de voz». A argumentação de Oliveira parece mais variável, ora como um comentário, o que gera ambiguidade em sua visão teórica. Sua própria gramática é definida pelo termo «anotação» da língua portuguesa. Além de «anotar» a língua em Portugal, Oliveira citou a presença da língua portuguesa já desterritorializada pelas navegações, na África, na Guiné, no Brasil e na Índia (Oliveira, 1536: 10). O conceito de letra de Oliveira dialoga com o conceito de Nebrija, que também interpreta a letra como uma figura, como atesta Buescu (1981: 123): «no es otra cosa la letra sino figura por la qual se represente la boz e pronunciacion».

Quanto ao fato de a gramática de Fernão de Oliveira ser uma gramática humanística propriamente dita ou não, Maria Leonor Buescu já dissertou, em seu trabalho seminal na área de Historiografia da Linguística, em 1984. Ainda que encontremos uma metalinguagem, e mesmo reflexões especulativas que a vinculem ao pensamento medieval da escolástica, a obra é inovadora no sentido de trazer ao vernáculo português essas discussões filosófico-gramaticais:

Não obstante a riqueza informativa da sua obra, parece fora de dúvida que Fernão de Oliveira, construindo um trabalho certamente original, se manteve de algum modo alheio à problemática gramatical no Renascimento, pelo menos a um sector determinado e importantíssimo dessa problemática, a qual incidia principalmente nos seguintes pontos: as partes da Gramática; as partes do discurso; a aplicação dos esquemas formais da gramática latina às línguas modernas. Dessa problemática, Oliveira retém apenas um ponto: a Ortografia. E quanto a esse é certo que quis e soube fazer doutrina (Buescu, 1984: 17).

Cumprir notar que Buescu registra a conceituação tripartite da gramática latina para o conceito de letra também na obra de Fernão de Oliveira, que apresenta os três atributos de Prisciano adaptados: «espírito, força e figura» (Buescu, 1984: 18), ao mesmo tempo o gramático rotula também as letras como «sinais», metatermo que equivale à adaptação de *signa* (signos), do latim. A linguista Adriana Mari-guela, em artigo publicado em 2007, cujo tema é também a gramática de Fernão de Oliveira, anota como o gramático quinhentista criou uma rotulagem para as letras, como «sinais» da língua portuguesa, e as define como uma «figura de voz», o que caracteriza sua inovação como gramático ao adaptar esses conceitos para o vernáculo:

No capítulo VI, a letra, definida como figura de voz, está dividida em consoantes e vogais. A voz vogal é mais ativa e perfeita, e a consoante só encontra voz em relação à vogal. Fernão de Oliveira apresentou uma nomenclatura diferenciada para a concepção das letras: letras são sinais, «às figuras destas letras chamam os gregos caracteres, e os Latinos, notas, e nós lhes podemos chamar sinais» (Oliveira, 1536: 46). Esses sinais correspondem não somente à grafia e às vozes, mas a um tempo e espaço próprios. Há uma diversidade de letras e vozes que recebem sentido em



contato com o outro, com a história, com a cultura, com a educação enfim, com um *modus vivendi* de um povo, havendo um fluxo de sinais: «nós diremos que de nós aos Latinos há aí muita diferença nas letras, porque também a temos nas vozes, e não é muito, pois somos bem apartados em tempos e terras, e não somente isto, mas uma mesma nação e gente de um tempo a outro muda as vozes e também as letras» (Oliveira, 1536: 46) (Mariguela, 2007: 39).

A definição de letra de Fernão de Oliveira é sintética, mas apresenta uma questão conceitual relevante para abstrairmos o que teria sido considerado letra em seu pensamento linguístico, com especulações de natureza filosófica. Para o gramático, o conceito de letra está relacionado a uma «figura de voz», isto é, a natureza dual de letra como um signo gráfico, uma figura geométrica, que representa um som, uma «voz» figurada. Nesse sentido, letra para o gramático está próximo do que compreendemos atualmente por uma notação musical ou uma figura que geometriza a voz.

A conceituação «figura de voz» é uma fórmula, uma síntese, que é típica da descrição linguística do humanista. Após essa definição sucinta, e generalizada, Fernão de Oliveira descreve as espécies de letras, isto é, especifica-as em consoantes e vogais, tendo marcado a continuidade do padrão gramatical latino na língua portuguesa. As vogais são letras com «voz», e as consoantes são letras que se apoiam em uma outra voz, uma vogal, formando a sílaba. Logo, nesse aspecto, o sistema de vogais é o mais importante para a organização do sistema de letras da língua portuguesa, como continuidade do sistema latino.

Vejam os a definição nas palavras do gramático quinhentista, com texto transcrito em edição semidiplomática, seguida de uma leitura interpretativa, conforme os pressupostos da Crítica Textual (Bassetto, 2013: 60-61). A leitura semidiplomática deriva do banco de dados CTLF (*Corpus de Textes Linguistiques Fondamentaux*), hospedado na Universidade de Lyon, na França, e desenvolvido em parceria com a Universidade de São Paulo, pela historiógrafa Marli Quadros Leite:

Capitulo seysto. Letra e figura de voz estas diuidimos em cõsoantes e vogaes. as vogaes tem em sy voz: e as consoantes não se não junto cõ as vogaes. Como a que he vogal: e .b. que he cõsoante: e nam tẽ voz ao menos tão perfeyta como .a. vogal. ¶ As figuras destas letras chamão os Gregos caracteres: e os latinos notas: e nos lhe podemos chamar sinaes. Os quaes hão de ser tantos como as pronũciações a que os latinos chamão elementos: e nos as podemos interpretar fundamẽtos das vozes e escritura⁴ (Oliveira, 1536: 9).

⁴ «Capítulo sexto. Letra é figura de voz, estas dividimos em consoantes e vogais, as vogais têm em si voz, e as consoantes não têm, senão junto com as vogais. Como o [a], que é vogal, e [b], que é consoante, e não tem voz, ao menos tão perfeita como a vogal [a]. As figuras destas letras chamam os gregos caracteres, os latinos notas, e nós os podemos chamar sinais, os quais hão de ser tantos como as pronúncias a que os latinos chamam elementos, e nós as podemos interpretar como fundamentos da oralidade e da escrita».



O conceito de figura, adotado pelo humanista para descrever o sistema de escrita, pode ser interpretado como «forma» por adequação teórica, e nesse sentido letra equivaleria à «forma da voz». A divisão entre letras vogais e consoantes deriva da gramática grega, e foi contínua na língua latina (Cagliari, 2009: 58-62). Por fim, a figura da letra, ou a sua forma, recebe um nome específico, em grego é um «caractere», em latim, «nota» e em português são «sinais», para Fernão de Oliveira, o que compreendemos atualmente como sinais gráficos, ou grafemas.

Fernão de Oliveira refuta uma argumentação de Nebrija quanto à sua gramática do castelhano, que se vale estritamente de letras latinas com uma utilização restrita do alfabeto latino, e utiliza um argumento de Varrão de que os «valores» (*potestates*) das letras mudam com o tempo, assim como variam as línguas, o que ocorre nas diferenças entre o latim e o português. Vejamos a argumentação na descrição do gramático:

Diz Antonio de nebrissa que temos na espanha somête as letras latinas: mas porque e verdade que são tantas e taes as letras como as vozes: nos diremos que de nos aos latinos ha hi muita diferêça nas letras: porque também a temos nas vozes: e não he muyto poys somos bẽ apartados em tempos e terras: e não somête isto: mas hũa mesma nação e gente de hũ tempo a outro muda as vozes e também as letras. Porque doutra maneira pronunçiauão os nossos antigos este verbo tanger: e doutra o pronunçiamos nos: e os latinos não podem dizer que a mesma letra era .c. quando tinha sempre hũa so força com todas' as vogaes: como diz Quintiliano. E agora quando a cada vogal quasi muda sua voz: não diremos logo que temos as mesmas letras: nem tantas como os latinos: mas temos tâtas figuras comelles: e quasi as mesmas ou imitação dellas. E com tudo nam deixa dauer falta nesta parte porque as nossas vozes reque-rem que tenhamos trinta e duas: ou trinta e tres letras: como se mostrara a diante. Ja confessamos ser verdade o que diz Marco varrão nos liuros da Etymologia que se mudão as vozes e com ellas e tambem neçessario que se mudê as letras: mas não com tão pouco respeito como agora alghũs fazê: os quaes como chegão a Toledo: logo se não lêbrão de sua terra a que muito deuem. E em vez de apurarê sua lingoa corrompêna com emprestilhos: nos quaes não podem ser perfeitos. Tenhamos poys muito resguardo nesta parte: porque a lingua e escritura e fiel tisoureyra do bem de nossa soçessão e são diz Quintiliano as letras para êregar aos que vierem as cousas passadas⁵ (Oliveira, 1536: 9).

⁵ «Diz Antônio de Nebrija que temos na Espanha somente as letras latinas, mas porque é verdade que são tantas e tais as letras como as vozes. Nós diremos que há aí muita diferença nas letras, de nós (portugueses) aos latinos, porque também a temos nas vozes, e não é muito, pois somos bem apartados no tempo e em distância, e não somente isso, mas em uma mesma nação e povo, de um tempo a outro, mudam-se as vozes e as letras. Posto que de uma maneira pronunciavam os nossos antigos este verbo tanger, e nós o pronunciamos de outra. E os latinos não podem dizer que uma mesma letra era o c, quando tinha uma só força com todas as vogais, como diz Quintiliano. E agora quando a cada vogal quase muda a sua voz, não diremos logo que temos as mesmas letras, nem tantas como os latinos, mas temos tantas figuras como eles, e quase as mesmas ou imitação delas. E, contudo, não deixa

Por fim, como inovação em sua obra há uma ênfase na questão da variação nas línguas como um todo, o que caracteriza uma antecipação em sua visão teórica, ainda no contexto quinhentista, sobre a relação entre a língua portuguesa e a língua latina. Seu sistema de escrita para a língua vernácula oscilava entre trinta e duas e trinta e três letras, como cita e descreve em pormenores na gramática (Oliveira, 1536). Sua descrição linguística demonstra a relação de continuidade e descontinuidade com a língua latina que permeou a tradição escrita da língua portuguesa no século XVI, e uma transição para o modelo encontrado em gramáticas posteriores.

4. A DEFINIÇÃO DE LETRA NA GRAMÁTICA DE JOÃO DE BARROS (1540)

João de Barros apresenta de forma mais sistêmica o conceito de letra em sua gramática de 1540. Diferentemente de Fernão de Oliveira, que argumenta longamente sobre o tema, para aqueles que já conheciam as obras de Nebrija, Quintiliano e Varrão, a obra de Barros é mais descritiva e didática, ainda que seja comentada também. É uma obra para a educação humanística e ensino de meninos. Na descrição do humanista, há uma adaptação direta do conceito latino de *litera*. O humanista também definiu a letra por três atributos: nome, figura e poder. Barros, porém, não cita nenhum gramático latino como fonte, mas se vale de ideias próximas à gramática latina em sua descrição linguística, no segundo capítulo da gramática:

Difinçam das leteras e o numero dellas. Letera (segundo os grammaticos) é a mais pequena parte de qualquer diçam que se póde escrever: a que os latinos chamáram nóta, e os grégos carater, per cuja ualia e poder formamos as paláuras. E a esta formaçam chamã elles primeiros elementos da linguágem: ca bem como do aiuntamento dos quártro elementos se compõem todalas cousas: assy do aiuntamento das leteras hũas com as outras per ordem natural, se entende cada hum em sua linguágem, pola ualia que pos no seu, A, b, c. Donde as leteras ueéram ter estas tres cousas, Nome, figura, poder. Nome, por que á primeira chamam, A, a segunda, Be, a terceira, Ce, figura, por que se escreúem desta maneira. A, b, c. Poder, pola ualia que cada hũa tem, por que quando achamos esta letera A, ia sabemos que tem a sua ualia: e per

de haver falta nesta parte porque as nossas vozes requerem que tenhamos trinta e duas, ou trinta e três letras, como se mostrará adiante. Já confessamos ser verdade o que diz Marco Varrão nos livros da Etimologia, que se mudam as vozes e com elas é também necessário que se mudem as letras, mas não com tão pouco respeito como agora alguns fazem, os quais como chegam a Toledo, logo não se lembram de sua terra a que muito devem. E em vez de apurarem sua língua corrompem-na com empréstimos, nos quais não podem ser perfeitos; tenhamos pois muito resguardo nesta parte, porque a língua é escrivã e fiel resoureira do bem de nossa sucessão, e existem, como diz Quintiliano, as letras para entregar aos que vierem as coisas passadas».



semelhante módo podemos iulgar das outras, que em numero sam uinte & tres, como as dos latinos de quem às nós recebemos⁶ (Barros, 1540: 5).

Note-se que as letras como signos autônomos possuem um nome próprio, em língua portuguesa, derivado da tradição latina, de Varrão, em que o som da letra se apóia na vogal e, como «bê», nome da letra b. Além do nome próprio, a letra possui uma figura constante, isto é, uma forma geométrica definida, como é apresentado também por Fernão de Oliveira. Por fim, o atributo mais importante da letra é o «poder», ou o que em termos modernos Saussure ([1916] 2006) chamou de «valor linguístico», o que caracteriza a relação entre som e forma. Barros tinha preferência no ensino da «letra redonda», modernamente rotulada como letra de forma, ou bastão, no Brasil, mais do que no ensino de «letra tirada», ou cursiva, além de sugerir o ensino de português antes do de latim, na alfabetização (Buescu, 1978: 47).

A definição de letra de João de Barros é mais didática do que a de Fernão de Oliveira, seguindo a tradição latina diretamente. Letra, para Barros, é a menor parte de qualquer palavra que pode ser escrita, isto é, trata-se de um grafema, uma unidade mínima gráfica, ou um elemento da palavra escrita. Para o humanista, há vinte e três letras no sistema de escrita da língua portuguesa, com uma redução de elementos em relação à gramática de Fernão de Oliveira, que apresentava trinta e três unidades.

Um dado cultural interessante é como a tradição latina influía no pensamento linguístico de João de Barros, a tal ponto de o humanista atribuir a criação do alfabeto à Nicóstrata, personagem mitológico greco-latino. Essa narrativa é um parêntesis em sua descrição linguística, e parece ter valor pedagógico, ao introduzir um tema mitológico, que poderia ter sido usado pelos preceptores quinhentistas na alfabetização infantil no século XVI:

E dizem a maior parte dos historiadores que Nicóstrata, mãe de Evandro, rei dos Latinos, foi a inventora destas dezessete letras: A, b, c, d, e, f, g, i, l, m, n, o, p, r, s, t, u. Depois, pelo tempo se acrescentaram estas seis: h, k, q, x, y, z, das quais o h consideram os latinos como uma aspiração e não letra, e k, que serve somente em algumas palavras gregas, como *Kyrie eleison* (Senhor, tende misericórdia). Serve-se também a nossa lingua de algumas letras à maneira dos gregos, as quais nós ora temos

⁶ «Da Letra. Definição das letras e o número delas. Letra, segundo os gramáticos, é a menor parte de qualquer palavra que se pode escrever, a qual os latinos chamam de nota e os gregos de caractere, por cujo valor e poder formamos as palavras. É a esta formação chamam eles os primeiros elementos da linguagem, bem como da junção de quatro elementos se compõem todas as coisas, assim da junção das letras umas com as outras pela ordem natural, se entende cada uma em sua linguagem, pelo valor fonético que pôs no seu A, b, c. De onde as letras vieram a ter estas três categorias: nome, figura e poder. Nome, pelo fato de que à primeira chamam A, à segunda Be, à terceira Ce; figura pelo fato de que se escrevem desta maneira: A, b, c. Poder pelo valor que cada uma tem, porque quando achamos esta letra A, já sabemos que tem o seu valor, e por semelhante modo podemos julgar sobre as outras, que em número são vinte e três, como as dos latinos, de quem nós as recebemos».



em voz, mas não em figura, e são estas á, é, ó, de que trataremos no capítulo da ortografia. E assim temos algumas letras dobradas a maneira dos hebreus, umas para o princípio de qualquer palavra, outras para o meio e outras para o fim. E as nossas são estas I, i, y, R, r, S, s, V, u. Temos mais estas três prolações: ch, lh, nh, as quães sam próprias da nossa lingua: e usamos dellas em soprimento de tres leteras de que nam temos figura. E assy temos esta letra. ç, que parece ser inuentada pera pronũçiação Hebraica ou Mourisca: E esta figura – que é como arésta a que chamamos til: a qual os latinos tẽ, e séruenos por estas tres leteras. m, ue, quando se põem sobre esta letera. q, ou sobre letera uogal. Assy que podemos dizer, termos uintatres leteras em poder, & trinta e quátro em figura. E onde am de seruir, e quãtos açidentes tẽ particularmẽte trataremos ao diãte no titolo da Ortografia: Isto bástẽ agóra em géral? (Barros, 1540: 5-6).

A percepção de João de Barros sobre a influência grega, hebraica e mesmo mourisca, denotam uma pluralidade de pensamento no humanista, como também notou Fernão de Oliveira. A língua portuguesa não teve apenas a influência latina, e estava aberta para outras influências culturais, em uma perspectiva plural, que teria sido traço marcante mais na modernidade do que em sua época. Uma reflexão de João de Barros que define o sistema de escrita da língua portuguesa é o fato de que o sistema apresenta vinte e três letras em poder, e trinta e quatro em figura. O humanista percebe a diferença entre o sistema gráfico e o sistema de sons da língua, e que as letras são os signos que intermediam a representação gráfica e os sons.

O humanista demonstra que o sistema sofreu variações, logo as letras não surgiram todas ao mesmo tempo, nem são da mesma origem. Essa perspectiva histórica da constituição do alfabeto português quinhentista demonstra uma antecipação de reflexões que só teriam surgido no desenvolvimento da Filologia moderna, com a Linguística Histórica (Bassetto, 2009: 63-67). João de Barros divide as letras em latinas, de influência grega, hebraica e mourisca, e letras criadas para a língua portuguesa (ch, lh, nh).

⁷ «E dizem a maior parte dos historiadores que Nicóstrata, mãe de Evandro, rei dos Latinos, foi a inventora destas dezessete letras: A, b, c, d, e, f, g, i, l, m, n, o, p, r, s, t, u. Depois, pelo tempo se acrescentaram estas seis: h, k, q, x, y, z, das quais o h consideram os latinos como uma aspiração e não letra, e k, que serve somente em algumas palavras gregas, como *Kyrie eleison* (Senhor, tende misericórdia). Serve-se também a nossa lingua de algumas letras à maneira dos gregos, as quais nós ora temos em voz, mas não em figura, e são estas á, é, ó, de que trataremos no capítulo da ortografia. E assim temos algumas letras dobradas a maneira dos hebreus, umas para o princípio de qualquer palavra, outras para o meio e outras para o fim. E as nossas são estas I, i, y, R, r, S, s, V, u. Temos mais estas três prolações: ch, lh, nh, as quais são próprias da nossa lingua, e usamos delas em suprimento de três leteras de que não temos figura. E assim temos essa letra ç, que parece ser inventada pela pronũçiação hebraica ou mourisca. E esta figura que é como uma aresta, a que chamamos til, a qual os latinos tẽm, e serve-nos por estas três leteras, m, ou quando se põe sobre a letra q, ou sobre uma letra vogal. Assim podemos dizer termos vinte e três leteras em poder, e trinta e quatro em figura. E onde hão de servir, e quantos accidentes tẽm, particularmente trataremos adiante, no capítulo da ortografia. Isso baste agora em geral».

Seu pensamento linguístico é sistêmico, no sentido de descrever as letras da língua portuguesa como um sistema, constituído historicamente da adaptação de letras de outros sistemas linguísticos, e vinculado à descrição dos sons específicos da língua portuguesa. É um tema complexo, e com o aparato quinhentista, o humanista consegue em sua gramática desenvolver reflexões profundas que impactam a descrição gramatical da língua portuguesa até os dias de hoje, de forma contínua. O parêntese aberto, sobre a lenda de Nicóstrata, mãe de Evandro, deve ser interpretada no domínio das narrativas simbólicas.

O papel das lendas e mitos na educação humanística era patente, desde as culturas da Antiguidade Clássica, e se o humanista invoca uma narrativa tradicional em sua gramática quer demonstrar uma prática cultural da alfabetização das crianças pelas mães, uma prática que teria se disseminado com a educação e alfabetização em língua vernácula. Devemos compreender a lenda como uma alegoria, em termos modernos.

5. O CONCEITO DE LETRA NA GRAMÁTICA DE ANCHIETA (1595)

A terceira gramática que debatemos apresenta algumas peculiaridades em relação às anteriores. A arte gramatical de Anchieta (1595, 1990) foi escrita no contexto colonial ultramarino da América portuguesa, e descreve a língua de catequese dos primeiros missionários nesse contexto. O século XVI foi, culturalmente, o século mais indígena da história do Brasil, e as línguas indígenas estavam em pleno uso em todo o território. Anchieta adaptou o sistema de escrita latino-português de sua época para a língua dos indígenas de cultura tupinambá, e essa adaptação é o que caracterizou seu texto gramatical quinhentista.

Na arte de gramática de Anchieta, não há propriamente uma definição do conceito de letra, mas a sua aplicação direta, com o contraste entre o português e a língua indígena. Note-se que seu processo descritivo da língua indígena se assemelha às especulações da gramática de Fernão de Oliveira, ao menos nos três capítulos iniciais da gramática que se apresentam antes como comentários gerais e exemplos de usos específicos da língua (Zwartjes, 2011: 151-152). Como o missionário não descreve o conceito de letra, mas adapta o sistema latino-português para a descrição da língua indígena, nesse sentido a analogia entre os dois sistemas é a sua técnica de descrição linguística, mostrando as diferenças do uso dos grafemas em português e na língua dos indígenas de cultura tupinambá.

Dos três atributos do conceito de letra na gramática latina, o mais relevante na descrição anchietana é o conceito de «poder» (*potestas*), ou de valor fonético, para a compreensão de sua transcrição da língua indígena. A arte de gramática de Anchieta apresenta, como veremos, as exceções da língua indígena, isto é, a irregularidade quando comparada com a língua portuguesa, que serviu de «supestrato» (Cavaliere, 2001: 11-15), em sua gramatização. Além do morfótipo de gramática humanística, enquadra-se no modelo de «gramática missionária», proposto pela Linguística Missionária (Zwartjes, 2011: 148).



Vejamos o capítulo, com transcrição semidiplomática e comparada com o original em edição fac-símile, seguida de uma leitura interpretativa:

Das letras. Cap. 1.

NESTA lingoa do Brafil não há f. l. s. z. rr. dobrado nem muda com líquida, vt cra, pra, &c. Em lugar do s. in principio, ou medio dictionis ferue, ç. com zeura, vt Açô, çatâ.

¶ Algũas partes da oração fe acabão em til, o qual não he, m. nem, n. ainda q na pronũciação diffirão pouco, vt, Tĩ, Ainupa^ç, rua^ç (Anchieta, 1595: 1f).

Anchieta inicia sua descrição linguística afirmando a ausência de algumas letras, em comparação com o sistema da língua portuguesa, não há «f, l, s, z, rr dobrado» na língua indígena. O que Anchieta afirma não é a ausência da figura das letras, mas do «poder», isto é, do valor linguístico, o que em termos modernos significa a ausência dos fonemas na língua indígena. O encontro entre «muda e líquida: cra, pra etc.», também não é registrado. Assim, essas letras não são empregadas na descrição da língua indígena.

Como a descrição do missionário é contrastiva com a língua portuguesa, não é necessário conceituar o que é letra, nem descrever todo o sistema, apenas registrar as diferenças, por analogia, entre o sistema de escrita e de sons da língua portuguesa e da língua indígena. Inicialmente, o missionário apresenta em sua gramática o que não há na língua indígena e é registrado na língua portuguesa, como a ausência de alguns fonemas na língua e encontros de fonemas. O uso do ç para representar o fonema fricativo alveolar surdo [s], em detrimento do s e do z, demonstram uma adaptação na técnica descritiva de Anchieta. O ç tinha uso restrito na gramática de João de Barros, por exemplo. Outro caso registrado é o til, que tem uma relação aproximada com o m e o n, isto é, tem o valor de nasalização e tendência a uma pronúncia gutural, característica da língua indígena (Zwartjes, 2011: 153-154).

Outro fato linguístico específico, descrito por Anchieta, são os encontros consonantais da língua indígena, que diferem da língua portuguesa. O gramático sugere que há um grupamento de consoantes: mb, nd, ng, que não há em português, reconhecida modernamente como uma nasal velar /ŋ/ por Aryon Rodrigues (Zwartjes, 2011: 153-154). Esse grupamento representa um fonema que é desconhecido por falantes da língua portuguesa, e foi representado de modo adaptado pelo missionário. Outro fenômeno linguístico apresentado por Anchieta é o «i áspero», reconhecido como uma vogal fechada central não arredondada /i/, que se pronuncia com a língua no céu da boca (Zwartjes, 2011: 153-154). Vejamos a descrição desses fenômenos pelo gramático:

⁸ «Das letras, capítulo 1. Nesta língua do Brasil não há f, l, s, z, rr dobrado, nem muda com líquida, como cra, pra etc. Em lugar do [s] no início, ou no meio da palavra serve ç, isto é, c com cedilha, como Açô, çatâ. Algumas partes da oração se acabam em til, o qual não é m nem n, ainda que na pronúncia difiram pouco, como Tĩ, Ainupa^ç, rua^ç».

¶ Não ha hũa confoante continuada com outra na mefma dição: excepto, mb. nd. ng. vt Aimombôr, Aimondô, Aimeêng.

¶ Acrescentandofe algũa particula depois da vltima confoante, em que fe acaba o verbo, o 'qual fe faz no futuro, do Indicatiuo, no Optatiuo, nos pręteritos imperfeitos do Cōiunctiuo; ha algua differença na pronunciação, & o vso de diuerfas partes do Brafil fera o melhor mētre. Por que des des Pitiguáres do Paraíba até os Tamôyos do Rio de Janeiro pronunciaõ inteiros os verbos acabados em confoante, vt Apâb, Acêm, Apên, Ajúr.

E afsi additas as particulas dos tempos fobre ditos interpoem i. afpero, vt in futuro, ne Apâbine, Acêmine, Apênine, Aiürine.

E ainda que pareção pronunciar, Apábne, etc. he pella delicadeza com que tocão o i. & ainda no mefmo prefente o exprimem as vezes, vt Apábi. O mefmo he de, temo, meímo mo, meémo, que fe acrecetão aos outros, optatiuo, &c. vt Apâbitemomã, Apâbimo, etc.

E tambem com a interrogatiua, Pè, vt Ereiüripè?⁹ (Anchieta, 1595: 1f-1v).

Anchieta, portanto, apresentou primeiro os fonemas da língua portuguesa ausentes na língua indígena. Em seguida, faz o processo descritivo inverso tendo apresentado os fonemas da língua indígena ausentes na língua portuguesa. Sua gramática apresenta um contraste entre a língua portuguesa e a língua indígena, como técnica descritiva, com o emprego dos conceitos latinos de analogia e anomalia, ainda que o missionário não os cite. A comparação do sistema de letras permite-nos inferir uma comparação entre o sistema de sons, em sua perspectiva gramatical, e as diferenças vão determinar o contraste entre ambas as línguas. Ainda no capítulo sobre as letras, na gramática do missionário, há outros fatos linguísticos descritos sobre a relação entre as letras e os sons das línguas, mas que se referem antes à ortografia do que ao conceito de letra propriamente dito.

6. CONCLUSÃO

Como comentários finais, podemos concluir que o conceito de *litera*, da gramática latina, foi adaptado pelos gramáticos quinhentistas utilizados como *corpus*

⁹ «Não há nenhuma consoante continuada com outra na mesma palavra, exceto mb, nd, ng, como Aimombôr, Aimondô, Aimeêng. Acrescentando-se alguma partícula depois da última consoante, em que se acaba o verbo, o qual se faz no futuro do indicativo, no optativo, nos pretéritos imperfeitos do conjuntivo, há alguma diferença na pronúncia e o uso de diversas partes do Brasil será o melhor mestre. Porque desde os potiguares da Paraíba até os tamoios do Rio de Janeiro pronunciam inteiros os verbos acabados em consoante, como Apâb, Acêm, Apên, Ajúr. E assim adicionadas as partículas dos tempos sobreditos interpõe-se um i áspero, como no futuro /-ne/: Apâbine, Acêmine, Apênine, Aiürine. E ainda que pareçam pronunciar Apábne etc. é pela delicadeza com que tocam o i, e ainda no mesmo tempo presente o exprimem às vezes como Apábi. O mesmo ocorre em temo, meímo mo, meémo, que se acrescentam aos outros, optativo etc., como Apâbitemomã, Apâbimo etc. E com a interrogativa Pè, como Ereiüripè?».

de nossa investigação. Tanto Fernão de Oliveira, quanto João de Barros, e mesmo Anchieta, se valeram do mesmo conceito derivado da descrição da língua latina para organizar os seus sistemas de escrita. Pudemos perceber que as letras aplicadas na escrita da língua latina não passaram fortuitamente para as línguas descritas pelos gramáticos quinhentistas, tendo havido um debate teórico para adaptar esse sistema.

A analogia entre a língua latina e a língua portuguesa, quanto à diferença entre os sons das línguas e o emprego do alfabeto latino, foi o tema que norteou as discussões de Fernão de Oliveira e de João de Barros. Sob o atributo de *potestas* (poder, valor fonético) da *litera* latina, ocorreram as discussões de comparação entre o latim e o português que modernamente tratamos como a diferença de fonemas entre as duas línguas, enquanto sob o atributo de *figura*, as diferenças entre grafemas nos dois sistemas.

Note-se que os gramáticos quinhentistas aplicavam a analogia entre o latim e o português, tendo antecipado reflexões que se tornariam centrais somente no desenvolvimento moderno do método histórico-comparativo, com o surgimento da Linguística Histórica. Fernão de Oliveira e João de Barros, dadas as limitações de sua época, puderam antecipar o método de comparação entre o latim e o português em sua descrição gramatical da língua, que tinha por finalidade gramatizar o vernáculo.

Já Anchieta, que adotou o mesmo processo em uma língua indígena da América portuguesa, apresentou um método próximo de comparação, mas tendo se valido do português como língua de contraste, para adaptar o sistema de escrita à língua indígena. Suas reflexões foram vinculadas tanto à *potestas*, quanto à *figura*, tendo demonstrado como havia fonemas na língua indígena que não possuíam um grafema respectivo e como as adaptações eram necessárias para transcrever a língua.

Por fim, pudemos no artigo demonstrar o repertório conceitual dos gramáticos quinhentistas acerca do conceito de letra, um conceito herdado em seu clima intelectual renascentista das gramáticas latinas como a obra de Prisciano. Pudemos notar a continuidade do pensamento gramatical latino nos gramáticos europeus da época, e mesmo uma continuidade no conceito de letra até os dias de hoje, na tradição escolar, que deriva de um longo processo histórico e contínuo de adoção da escrita no mundo ocidental.

RECIBIDO: noviembre 2022; ACEPTADO: marzo 2023.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANCHIETA, J. (1595): *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, Tip. João Álvaro, Coimbra.
- ANCHIETA, J. (1595): *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. https://pt.wikisource.org/wiki/Arte_de_gram%C3%A1tica_da_l%C3%ADngua_mais_usada_na_costa_do_Brasil [09/11/2022].
- ANCHIETA, J. (1990) [1595]: *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, introdução, tradução e notas de Armando CARDOSO, Loyola, São Paulo.
- AUROUX, S. (1992): *A revolução tecnológica da gramatização*, Editora da Unicamp, Campinas.
- BARROS, J. (1540): *Grammatica da lingua portuguesa*, apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, Olyssipone.
- BARROS, J. (1540): *Grammatica da lingua Portuguesa*. http://ctlf.ens-lyon.fr/textes/3302_por_Barros_01_1540_T01.htm [09/11/2022].
- BASSETTO, B. F. (2013): *Elementos de Filologia Românica*, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BATISTA, R. O. (org.) (2019): *Historiografia da Linguística*, Contexto, São Paulo.
- BECHARA, E. (2009): *Moderna gramática portuguesa*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- BUESCU, M. L. C. (1984): *Historiografia da Língua Portuguesa*, Sá da Costa, Lisboa.
- BUESCU, M. L. C. (1978): *Gramáticos portugueses do século XVI*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa.
- BUESCU, M. L. C. (1981): *Babel ou A ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa.
- CAGLIARI, L. (2009): *A história do alfabeto*, Paulistana, São Paulo.
- CAVALIERE, R. (2001): «Anchieta e a língua falada no Brasil do século XVI», *Revista portuguesa de humanidades* 5/1-2: 11-21.
- COSERIU, E. (2000): «Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira», Fernão DE OLIVEIRA, *Grammatica da linguagem portuguesa*, edição crítica, semidiplomática e anastática, Amadeu TORRES & Carlos ASSUNÇÃO (eds.), Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, pp. 29-60.
- KALTNER, L. F. (2020): «Regna Brasillica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595)», *Revista da ABRALIN*. 19/1: 1–25. <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1379> [09/11/2022]. DOI: [10.25189/rabralin.v19i1.1379](https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i1.1379).
- KOERNER, E. F. K. (1996): «Questões que persistem em historiografia linguística», *Revista da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística)* 2: 45-70.
- MARIGUELA, A. D. B. (2007): «A grammatica da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira: marcas de linguagem nas teias da tradição e da ruptura», *Revista da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística)* 23: 33-59.
- NEBRIJA, A. (1495) [1481]: *Introductiones latinae cum commento*, [s.n.] Salamanca. https://www.google.com.br/books/edition/Introductiones_latinae_cum_comento/Lx3dVxaLUsMC?hl=pt-BR&gbpv=0 [16/03/2023].
- OLIVEIRA, F. (2000) [1536]: *Gramática da Linguagem Portuguesa*, edição crítica, semidiplomática e anastática, Amadeu TORRES e Carlos ASSUNÇÃO (eds.), Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa.
- OLIVEIRA, F. (1536): *Grammatica da lingoagem portuguesa*. http://ctlf.ens-lyon.fr/textes/3301_por_Oliveira_01_1536_T01.htm [09/11/2022].



- OLIVEIRA, M. S. - ANJOS, M. A. L. (2021): «As quase três décadas de produção em Historiografia Linguística brasileira: um panorama acerca da produção nacional». *Revista da ABRALIN*, 20/3: 522-547. <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1903> [09/11/2022]. DOI: [10.25189/rabralin.v20i3.1903](https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.1903).
- PRISCIANUS (1865): *Grammatici Latini volumen II – Institutionum grammaticarum libri I-XII*, in aedibus B. G. Teubneri, Leipzig.
- SAUSSURE, F. ([1916] 2006): *Curso de linguística geral*, Cultrix, São Paulo.
- SWIGGERS, P. (2013): «A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização», *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português* 44/45: 39-59.
- TORRES, A. - ASSUNÇÃO, C. (2000): «Abordagem pontual e situacional», Fernão DE OLIVEIRA, *Grammatica da linguagem portuguesa*, edição crítica, semidiplomática e anastática, Amadeu TORRES & Carlos ASSUNÇÃO (eds.), Eugenio COSERIU (intr.), Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, pp. 5-26.
- ZWARTJES, O. (2011): *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil*, John Benjamins, Amsterdam.

